

158

Filosofia

Ciência&Vida

ANO XIV • www.escala.com.br

**SIGNIFICADO
E DIREÇÃO**
TRADIÇÕES
FILOSÓFICAS
QUE BUSCARAM
DAR SENTIDO
AO CAOS DA
HISTÓRIA DO
HOMEM

**A VOZ DE JOSÉ
MEIRINHOS**
O PAPEL DOS
FILÓSOFOS NO
DEBATE E NA
DEFESA DAS
INSTITUIÇÕES E
DOS VALORES



MUNDO EXTERIOR COMO PROBLEMA

A TEORIA DO CONHECIMENTO DE

BERTRAND RUSSELL E A BUSCA PELA

REALIDADE EXISTENTE POR TRÁS DAS APARÊNCIAS


EDITORA
escala

EDIÇÃO 158 - PREÇO R\$ 17,00
ISSN 1809-0238
0.0.1.5.8
9 177118 091923 0005

PARA O PROFESSOR: EXISTE UMA FILOSOFIA BRASILEIRA? AS IDEIAS E A FORMAÇÃO CULTURAL NO BRASIL



POR **POR IVAN DOMINGUES**

A filosofia é uma atividade ingrata e, como outros campos disciplinares, sua história não é nada sem a sua recepção, quase sempre avara em reconhecimento. Em todo campo intelectual e respeitante ao seu conjunto, prevalece no Brasil, à diferença dos Estados Unidos, a indiferença e a pouca disposição de celebrar as obras e os vultos, que se vão, e não proporcionando a quem lhe consagra toda uma vida, diferentemente das artes, a menor esperança de ter seu feito lembrado, e menos ainda depois de morto.

Essa impressão, espécie de fantasma, assombrou minhas reflexões ao focalizar a sociedade colonial e se estendeu aos séculos XIX e XX, quando terminou o regime político do colonialismo, mas continuou sua obra sociológica. O resultado desse processo longo e arraigado é conhecido. Por um lado, até tarde do século XIX, como notou Cruz Costa, citando Frei Vicente do Salvador, continuamos a “caranguejar” pelo litoral, de olho na Europa e de costas para o interior. Por outro, os nossos intelectuais, vítimas da síndrome de Nabuco, o transoceanismo, eram “estrangeirados”, e o mesmo mal atingia o filósofo e a filosofia.

Mudança de *ethos*

Admitido isso, ao focalizar o século XX – depois de pôr em evidência a remodelagem da *intelligentsia* brasileira e o aparelhamento da atividade intelectual com a criação das universidades e um conjunto de instituições coligadas – poderemos então fazer as comparações e verificar se, para além das mudanças externas, o *ethos* interno do

intelectual brasileiro mudou, e, por extensão, o *ethos* do intelectual consagrado à filosofia: o filósofo, o filósofo brasileiro, em suma. A julgar por Mário de Andrade, na sua dupla condição de protagonista e pensador do período, tendo-lhe consagrado um livro seminal em 1943, de fato uma coletânea de ensaios com o primeiro deles remontando a 1930, as conquistas foram enormes:

“É certo que sob o ponto de vista cultural progredimos bastante. Se em algumas escolas tradicionais há muito atraso, junto ao núcleo de certas faculdades novas de filosofia, ciências e letras, de medicina, de economia e política, já se vão formando gerações bem mais técnicas e bem mais humanísticas. [...] Esta melhoria sensível de inteligência técnica se manifesta principalmente nas escolas que tiveram o bom senso de buscar professores estrangeiros, ou mesmo brasileiros educados em outras terras, os quais trouxeram de seus costumes ao progresso pedagógico uma mentalidade mais sadia que desistiu do brilho e da adivinhação. (Andrade, M., *Aspectos da literatura brasileira*, p. 238 apud Cruz Costa, 1967, p. 386)

Tudo isso ocorreu como indica tacitamente Mário, que fala de faculdades novas criadas, e este também foi o caso da filosofia, depois de implantado o sistema de universidades. Algo tardiamente é verdade, e ainda assim incompleto, universidade de ensino e não de pesquisa, universidade de graduação antes de tudo, muitas vezes um grande “colejão”, ficando a pós-graduação adiada e a titulação de doutores nativos, não como rotina de bancas e colegiados de curso, mas como assunto extraordinário de congregações de faculdades ou conselhos superiores.

Padres, advogados

Não obstante, em que pese esse limite, o caminho estava aberto e uma nova experiência intelectual pôde se adensar, tendo como base sociológica os diletantes e autodidatas. Ou seja, os nossos “goliardos” (Le Goff) que durante o século XIX e início do XX viviam soltos em nossas cidades, com um emprego qualquer que lhes proporcionasse um ordenado fixo, mas que agora nos anos 1940-1950 puderam ser atraídos pelas novas universidades. No caso da filosofia, em sua maioria autodidatas egressos do direito, senão do clero católico, com a ressalva de que neste último caso não eram exatamente “goliardos”, mas de algum jeito intelectuais orgânicos da Igreja, tendo estudado em Lovaina ou em Roma.

Além dos diletantes e autodidatas, a filosofia teve seus virtuosos, em menor número, com efeito, mas não menos essencial e decisivo para o seu futuro próximo, composto por laicos de alta classe média que estudaram na Europa, como Cruz Costa. Ou então, numa outra vertente, composto por visitantes estrangeiros atraídos pela Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, de modo aleatório e por um curto período de tempo, e antes de tudo pela Universidade de São Paulo, mais organicamente e por cerca de 30 anos, tendo como grande protagonista a Missão Francesa.

A hipótese que eu vou testar nesta seção, com esse contexto ao fundo, é o aparecimento de dois tipos de intelectuais nesse período importante em nossa história, entre os anos 1930 e 1960 – um deles com livre curso em várias áreas do conhecimento, e outro mais incipiente e ainda assim real, abrindo um caminho que em filosofia só se consumará e será consolidado depois dos anos 1960-1970... Esses dois tipos são:

- [1] o *scholar* ou o especialista, tendo como origem mais próxima o velho erudito e o profissional das faculdades isoladas (engenharia, medicina e direito);
- [2] o intelectual público, também ele proveniente do direito como mostrou Foucault (demanda de justiça), e a exemplo de Fernando de Azevedo, tão importante para as letras nacionais e a história da universidade brasileira,

bem como de egressos “*des hommes de lettres*”, como dizem os franceses – na Europa e também aqui vivendo de sua própria pena, vocacionados para a cena pública e agora professores de Universidade.

Homens de letras

Começarei então pelo *scholar*, em cuja gênese na filosofia vou seguir o estudo essencial de Paulo Arantes, e cujo tipo ideal vou fornecer no fim do excursão. O estudo mencionado é o Departamento Francês de Ultramar, Parte 2, composto pelos capítulos Certidão de nascimento (Arantes, 1994, p. 61-87) e Instinto de nacionalidade (ibidem, p. 88-107), mais Parte 3, capítulos O essencial da filosofia é uma certa estrutura (ibidem, p. 111-135) e Instauração filosófica no Brasil (ibidem, p. 136-154).

Depois de examiná-los, de olho na gênese do nosso virtuoso em filosofia que, tendo adquirido a *techné* filosófica, se verá habilitado a fazer estudos de textos e análises históricas, o estudioso descobrirá que se trata de uma transplantação e, como tal, não muito diferente da transplantação da segunda escolástica pelos jesuítas no Brasil Colônia: impregnada de cores locais ao se adaptar aos trópicos, mas transplantação ao fim e ao cabo.

Transplantação

Ou seja, a transplantação da filosofia e da *techné* francesas, direta de Paris e das universidades, além das grandes escolas francesas, como a da Rue D’Ulm, a famosa École Normale Supérieure, que está na origem da famosa estirpe dos *normaliens* que domina a universidade francesa e cuja linha de descendência um belo dia foi parar na USP quando ela foi fundada – e isto, num pacote completo, com livros, professores e funcionários de governo (supervisores e outros), em missão de civilização, e como tal parecida com a missão de evangelização dos jesuítas.

Com a diferença que, enquanto estes cuidaram de difundir uma filosofia única, a segunda escolástica, e com a ajuda de uma única pedagogia, a *Ratio Studiorum*, visando disseminar a filosofia e a fé cristãs, a Missão Francesa difundirá uma filosofia laica e plural. Nem sempre francesa, como se sabe,



Campus da USP, na Zona Oeste de São Paulo.

mas aberta à filosofia alemã e virtualmente a toda a tradição ocidental, e com a ajuda de uma pedagogia “científica” diversificada, e não exatamente “humanista”, à discrição do professor (liberdade de cátedra) e coisa de *scholar*.

Segundo Arantes, essa nova experiência de transplantação teve data certa e lugar conhecido: a data é 1934 e o lugar é a Universidade de São Paulo, tendo como primeiro protagonista Etienne Borne, que por aqui ficou um ano (1934-1935), seguido por uma plêiade de jovens e mais tarde seniores ilustres, tais como Jean Maugüé, de formação ampla, que ensinou na FFLCH filosofia geral (1935-1943); Gilles-Gaston Granger, especialista em lógica e filosofia da ciência (1947-1953); Martial Gueroult, renomado historiador da filosofia, tendo-a ensinado em São Paulo junto com o método de análise estrutural (1948-1950).

Densa influência

E também Claude Lefort, especialista em filosofia política e com ligações profundas com o Brasil (1952-1953); Michel Debrun, encarregado pela Missão das disciplinas de ciência política, no Departamento de igual nome, e de ética, no de Filosofia (1960-1965, indo posteriormente atuar na Unicamp, fora e depois dentro da filosofia, e tendo permanecido no Brasil até sua morte, em 1997); Francis Wolf, o último da série (1980-1984), precedido de Gérard Lebrun, encarregado de filosofia geral, cujo vínculo direto com o Brasil se estendeu por trinta anos, mais além dos primeiros seis anos em que passou em São Paulo como funcionário da Missão (1960-1966).¹

E mais: tão densa e tão visível foi a influência francesa naquelas paragens, que Foucault quando passou por São Paulo, num tempo em

NOTAS

- 1 Sobre a Missão Francesa, ver Araújo Filho et al. (1989, p. 17-25).
- 2 A invectiva de Foucault e o papel proeminente da Missão Francesa, colocando no centro da fundação da USP e do Departamento de Filosofia uma bem-sucedida experiência de transplantação, deram livre curso à ideia de que os uspianos

eram estrangeirados e alienados, à diferença dos isebianos, nacionalistas e engajados. Todavia, essas afirmações podem até ter algum embasamento histórico, mas têm de ser nuançadas em mais de um ponto. Do lado brasileiro, Antonio Candido, que frequentou os bancos da USP na época, com colegas de filosofia e assistindo às aulas dos franceses, inclusive as de Maugüé, lembra em depoimento dado a Sônia

Maria de Freitas, citado por João César de Castro, que os professores franceses ensinavam aos alunos brasileiros voltar os olhos para a realidade, à diferença de seus colegas paulistas: “Para os professores brasileiros, o *chic* era conhecer a Europa. Davam aulas falando sobre a França, a Inglaterra, citando línguas estrangeiras; nos puxavam para fora. Os professores estrangeiros, falando francês, nos

puxavam para dentro”. Cf. para as referências Castro, J. C. Introdução à edição brasileira do livro de René Girard *Mentira romântica e verdade romanesca*, publicado por É Realizações, São Paulo, 2009 (edição francesa: 1961), p. 23, n. 11, e Freitas, S. M. *Reminiscências*. SP: Maltese, 1993, p. 40. Do lado francês, testemunhando o esforço recíproco dos franceses de dirigirem o olhar para dentro – para dentro

do Brasil = para fora da França –, podem ser citados Gerard Lebrun e o seu já referido artigo sobre o Iseb, bem como, melhor do que nenhum outro, o ex-missionário naturalizado brasileiro Michel Debrun, que foi professor do Iseb e desenvolveu pesquisas sobre a identidade nacional brasileira, deixando dois livros inéditos sobre o assunto, disponibilizados no CLE/Unicamp.

que mal sabia que o nosso país ficava no “*là-bas*”, no Hemisfério Sul, logo se deu conta e formulou a tirada que mais tarde, como já se lembrou, deu o título do livro de Paulo Arantes, a saber, que o Departamento de Filosofia da USP era um “*Département Français d’Outre-Mer*”.²

Coisa curiosa: foi nessa época que o mal da filosofia brasileira, segundo Paulo Arantes, estava diagnosticado – o filoneísmo e o transoceanismo, respondendo por uma filosofia rala e de segunda

“A JULGAR POR CRUZ COSTA E O PRÓPRIO ARANTES, MAUGÜÉ ERA UM TIPO BRILHANTE, DE INTELIGÊNCIA VIVA, MEIO DILETANTE E CHEGADO AO ENSAÍSMO – QUER DIZER, ERA TUDO, INCLUSIVE UM EXCELENTE PROFESSOR CAÍDO NAS GRAÇAS DOS ALUNOS”

mão, e levando muitos críticos a falar de anemia endêmica e raquitismo intelectual –, e para o qual as oligarquias paulistas, eminentes educadores como Fernando de Azevedo, então à frente da criação da USP, e Georges Dumas do lado francês com trânsito nos ministérios, tendo sido encarregado de missões anteriores na América Latina, e próximo da *intelligentsia* brasileira, acharam então o remédio.

Cidadania cultural

Era a importação de professores, a frequência dos textos dos grandes filósofos e a familiaridade com a história da filosofia – textos franceses e aulas em francês ao fim e ao cabo, porém que no fim do percurso, como mais um capítulo de nossa “formação”, a filosofia não só iria conseguir seu atestado de nascimento e chegar à maturidade, mas iria abrir o caminho para a cidadania cultural num país periférico e as portas para o cosmopolitismo. E isso graças aos professores franceses, que criaram o núcleo daquilo que mais tarde será o Departamento de Filosofia da USP, e com cuja ajuda será formada a primeira geração de *scholars* em filosofia no País, nos anos 1950-60, e serão moldados os primeiros representantes em filosofia dessa coisa francesa por

excelência que é o intelectual público, tendo por modelo Sartre, Voltaire e Zola.

Nada mais natural então, em meio às crônicas de fundação e de suas efemérides, que Paulo Arantes em seu brilhante livro – tendo reconhecida a fundação da filosofia uspiana e invocando sua certidão de nascimento, guardada em algum lugar dos arquivos das Missões e do Conselho Universitário da USP – irá perguntar pelo herói-fundador e autor desse feito extraordinário.

Não sendo ele brasileiro, só poderia ser francês, com Georges Dumas como candidato, mas não: tratando-se da filosofia, o fundador será Jean Maugüé e sua viagem mitológica, no Paquebot Mendoza, que aportou em Santos em 1935 e por aqui ficou oito anos. Hoje pouco se sabe da personalidade histórica Jean Maugüé, jovem *normalien*, discípulo de Alain

e contemporâneo de Raymond Aron, que em sua autobiografia fornece um sóbrio e afetuoso depoimento acerca do amigo esquecido (Aron, 1986, p. 32).

Tudo, menos *scholar*

Contudo, a julgar por Cruz Costa e o próprio Arantes, Maugüé era um tipo brilhante, de inteligência viva, meio diletante e chegado ao ensaísmo – quer dizer, era tudo, inclusive um excelente professor caído nas graças dos alunos, mas não exatamente um *scholar*. Gueroult e Granger, sim, não ele, e muito menos Etienne Borne, de quem hoje ninguém se lembra, dele não havendo, enquanto eu saiba, nenhum registro por algum de seus contemporâneos.

Contudo, de Maugüé há e importantes, como o depoimento de Antonio Candido dado a Paulo Arantes, em que o crítico perfila o professor francês ensinando filosofia alemã: Kant, Hegel, Schopenhauer, Nietzsche, Scheler e Freud (Arantes, 1994, p. 65).³ Acrescente-se o registro de estudiosos e de pessoas próximas que apontam que Cruz Costa e Lívio Teixeira foram seus assistentes no pequeno Departamento então criado, o primeiro tendo sofrido a influência de Brunschvicg e o último de Gueroult, com Giannotti assistente de Cruz

Costa reconhecendo a ascendência de Granger – quer dizer, mais uma vez falta uma coisa importante no herói fundador: filhos, herdeiros, discípulos.

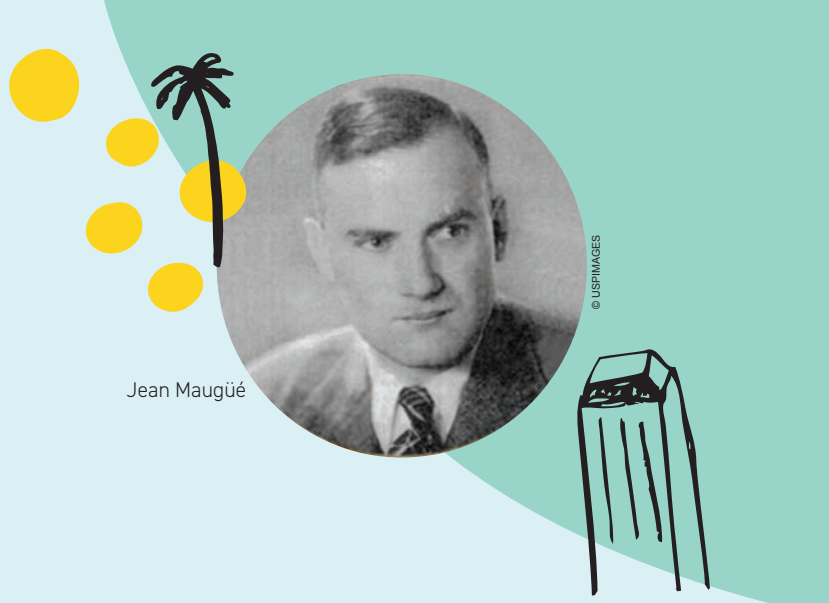
Por isso, ao reconhecer que a influência francesa é inegável, tendo sido a Mission Française a fundadora da FFLCH e da filosofia na USP, com a participação de duas gerações de missionários – fato esse histórico bem estabelecido num processo que durou 50 anos, terminando em 1984 quando a “Mission” foi transformada em “Poste” –,⁴ propo-nho que em vez de um herói individual passemos a falar de um herói anônimo e de um sujeito coletivo.

Exegese ou história?

Precisamente, em vez de um indivíduo, o ente coletivo Missão Francesa, composto por uma meia dúzia de professores que ensinaram filosofia francesa por aqui, e também filosofia grega e filosofia alemã. Como de resto Maugué e o próprio Gueroult, Gueroult que nos anos 1950 ofereceu um curso dedicado a Leibniz, sobre quem ele publicou mais tarde um livro. E curso que foi seguido nada menos do que por Giannotti, que o saudará décadas depois dizendo que ele lhe proporcionara “a descoberta da grande história da filosofia, dos problemas técnicos de análise de texto, de toda a problemática que predominou no Departamento dos anos 60” (Arantes, 1994, p. 111).

Já tive a ocasião de [...] me referir a uma característica uspiã e francesa de tomar exegese por história da filosofia e vice-versa, como se fossem a mesma coisa, quando não são, só o sendo naquelas abordagens que procedem a um “vácuo histórico” (expressão de Paulo Arantes) em suas análises dos textos. Agora, ao deixar esse importante ponto de lado, vou me concentrar naquilo que nos interessa nesse momento: evidenciar como a missão filosófica francesa, com toda a diversidade de seus membros, moldou a *techne* filosófica uspiã e colocou a filosofia brasileira num novo patamar, agora mundial e comparável com outros centros do Ocidente, não apenas com Paris e a tradição francesa.

Assim, para ficar só com os membros das missões que passaram por São Paulo, não faltarão considerações e invectivas – citadas por Paulo Arantes – que deixarão claro que se trata bem das



Jean Maugué

técnicas hermenêuticas já bastante difundidas pelo mundo afora e que deverão ser aprendidas pelo neófito com o fim de usá-las tanto nas exegeses quanto nas histórias da filosofia. Técnicas que, com efeito, podem ter escopo e fins diferentes, mas têm em comum o fato notório de que elas operam com textos e usam os textos como fontes e meios de suas demonstrações.

Análise de estruturas

Simplemente, a filosofia está nos textos e a história da filosofia, assim como a exegese, quer dizer retorno aos textos, e antes de mais nada textos dos clássicos, que criaram tudo e o melhor que podemos fazer é aprender com eles. Assim, escreve Maugué: “[...] consideramos que a base do ensino de filosofia no Brasil é a história da filosofia [...] que pode ser ensinada seguindo métodos rigorosos e perfeitamente modernos” (Arantes, 1994, p. 74). Gueroult, que antes da USP já tinha publicado seu famoso *Descartes selon l'ordre des raisons*, e depois torna-se professor da disciplina “Tecnologia dos sistemas de pensamento” no Collège de France, dirá numa entrevista concedida em 1970 à Radio-Télévision-Scolaire que as questões de doutrina (conteúdo)

NOTAS

3 De Antonio Candido, pode ser consultado também o artigo publicado na revista *Discurso*, n. 37, 2007, com o título emblemático “A importância de não ser filósofo”, onde a memória e o papel de Maugué são evocados com especial apreço e riqueza de detalhes.

4 Cf. Lefebvre (1990, n. 12), onde ele mostra os números de 1934, com os franceses respondendo por 6 missionários, contra 4 italianos, 3 alemães, 1 espanhol e 1 português, e ficando os alemães e os italianos com as cátedras de ciências exatas e naturais. Nota-se mais de uma discrepância no levantamento de Schwartzman apresentado supra.

pesam muito em suas análises, não só as questões de forma e de arquitetônica.

E mais: intitulada “Análise de estruturas como método de leitura das obras filosóficas”, ele acrescentará que nelas há estruturas que evoluem, como nos casos de Fichte e Malebranche, e estruturas que permanecem imóveis, como no caso de Descartes, devendo cada filósofo ser tomado em sua individualidade, e não tendo seu método nada a ver com o formalismo dos estruturalistas.

E Granger enfim – para além da matriz linguística e antropológica, tendo Lévi-Strauss como a figura proeminente – reconhecerá em *Pensée formelle et sciences de l’homme* que uma das fontes do estruturalismo francês é a história da filosofia (Arantes, 1994, p. 101): no caso, seguindo as pegadas de Bréhier que dizia: “O essencial de uma filosofia é uma certa estrutura” (Bréhier, 1950, p. 41), título de um capítulo do livro de Paulo Arantes, mais além das pegadas de seu (dele Granger) mestre Gueroult. Sobre as relações entre a filosofia, a exegese e a história da filosofia, pode-se dizer que as passagens e as ligações estão por toda parte, havendo um *continuum* que leva umas às outras e devendo, pois, a aquisição das ferramentas da história da filosofia e da exegese filosófica – as *technai* do filósofo e do estudioso da filosofia, em suma – ser vista como a aquisição e a aprendizagem da *techne* da própria filosofia ou *techne* filosófica, simplesmente.

Aprender filosofia

Nesse horizonte, uma vez aceito que aprender a filosofia é retornar aos textos e seguir a sua história, a história da filosofia enfim, nada mais natural do que a lei de ferro estabelecida pela filosofia francesa entre filosofia e história da filosofia, seja observada por quase todo mundo, e também nestas paragens. Inclusive por aqueles que a ensinaram em São Paulo na fase heroica de fundação do Departamento de Ultramar, como viu Paulo Arantes, ao lembrar que a ligação entre Filosofia e História da Filosofia é uma das características definidoras da Filosofia francesa: as duas outras, acrescento eu, são o esteticismo e o modismo.

Assim, longe de São Paulo, Boutroux, segundo Arantes o fundador da escola francesa contemporânea da história da filosofia (Arantes, 1994, p. 111), professor da disciplina na Sorbonne, tendo estudado em Heidelberg, na Alemanha, e eminente especialista de Kant, estando portanto a par das duas tradições, dizia que “Para viver, [a filosofia] se alimenta da história da filosofia, ou não existirá”. Gueroult, por outro lado, que não se considerava filósofo, mas historiador da filosofia, afirmava que “A história da filosofia é de fato o principal instrumento da iniciação à filosofia” (ibidem, p. 121).

E o próprio Bergson, que era filósofo, lembra Arantes citando Bento Prado, considerava o emprego da história da filosofia uma etapa essencial



do método filosófico (ibidem, p. 116-117). Ora, não é exagerado dizer que esta lei de ferro, sendo ela universal como toda lei de física, será observada *in totum* nos trópicos, como dito, e na própria USP, no Departamento de Ultramar, como arremata Paulo Arantes: “[...] aqui, em nosso Departamento, a História da Filosofia faz as vezes de filosofia” (ibidem, p. 135) e houve mesmo a tendência, apontada por Paulo Arantes linhas antes, de substituir “a filosofia pela filologia: a rigor, apenas tomávamos ao pé da letra (histórica) o mote kantiano interpretado por Lebrun, segundo o qual, doravante, a Crítica fazia as vezes de Teoria” (ibidem, p. 135).

Formação de consciências

Forçando as coisas, ao juntar as duas pontas de Paulo Arantes, pode-se dizer não apenas que exegese e história da filosofia coincidem, mas a própria filosofia coincide com a história da filosofia e a exegese. Foi essa visão que prevaleceu em São Paulo. A exceção foi Porchat, que foi estruturalista um dia e depois o abandonou, ao trocá-lo pela lógica e no fim pelo ceticismo, cuja perspectiva, deixando o componente doutrinal de lado, combina com a história da filosofia, poder-se-ia dizer.

“POR MAIS DE CINQUENTA ANOS, O LABORATÓRIO DE PSICOLOGIA DA SORBONNE FOI UMA INSTITUIÇÃO À MARGEM, SEM RELAÇÃO COM AS FACULDADES, NEM MESMO COM A FACULDADE DE LETRAS ONDE A PSICOLOGIA ERA ENSINADA, INCLUSIVE POR PIAGET”

Desde o fim da Colônia dominando a cena filosófica brasileira, e não só São Paulo, mais tarde dividindo com a filosofia alemã a outra vertente da filosofia moderna que também estabeleceu a lei de ferro do liame inquebrantável entre filosofia e história da filosofia, ao seguir sua transplantação para o Brasil o estudioso há de reconhecer o seu legado benéfico ou positivo, a saber: a formação não exatamente do aparato institucional da filosofia – as universidades, os departamentos e o sistema de

publicações, obras do governo federal e do de São Paulo – mas a joia da coroa ou, antes, a “alma” do sistema, que não é senão o profissional da filosofia na figura do *scholar* ou especialista, a cujo exame vou passar daqui a pouco.

Antes, porém, será preciso dar um passo a mais e fazer o balanço dos pontos altos e baixos do sistema francês de ensino, seguindo uma pista de Paulo Arantes (ibidem, p. 115-117, nota**), em que ele chama a atenção para o papel conferido à filosofia por Napoleão (igreja leiga, no lugar da educação moral e religiosa), bem como por Victor Cousin durante décadas: ministro da Educação Pública e presidente do *Jury de l'agrégation en philosophie*, Cousin reservará “às classes de filosofia” dos Liceus a função de “formadoras e reguladoras da consciência”, quando a velha rainha das ciências se verá marcada por um prestígio sem par em qualquer região do globo.

Tipos ideais

Contudo, paradoxalmente, aquilo que será reconhecido como a fonte do poder e da estabilidade da filosofia francesa, será visto pelos críticos como a fonte de suas distorções e de sua fraqueza. Um

desses críticos foi Piaget, citado por Paulo Arantes. Piaget que conhecia a coisa de perto, como professor da Sorbonne, num tempo em que a psicologia francesa era forçada a disputar com a filosofia em situação de desvantagem, sem laboratórios e sem departamento próprio e acerca da qual num longo trecho, o qual cito

agora na íntegra, ele fornece um relato precioso, pondo em evidência os altos e baixos de uma tradição longeva e poderosa. Escreve Piaget:

“Ora, as causas dessa situação são evidentes, se bem que complexas. Por um lado, a França é o país no qual o ensino de filosofia no nível de bacharelado (o famoso “curso de filosofia”) é o mais desenvolvido, porque respondeu, sem querer se pronunciar sobre o estado atual, a uma necessidade social e vital bastante profunda de coordenação dos valo-

res, nos tempos principalmente do ensino laico. As *Célèbres Leçons* de J. Lagneau e a repercussão do ensino de Alain são indícios inequívocos da significação moral do curso de filosofia. Disso resultou, na opinião pública ou na consciência coletiva, uma auréola de prestígio e de autoridade cercando tudo o que concerne à filosofia; formou-se uma espécie de corpo social dos filósofos, beneficiando-se não só de uma carreira assegurada, mas ainda e sobretudo dessa consideração permanente que desempenha um tão grande papel nas decisões sociais e administrativas em todos os níveis. Por outro, e isso não é imputável à filosofia, a França é o país não apenas mais centralizado, mas também, e há muito, aquele em que a gerontocracia intelectual causa danos com a maior facilidade: o regime dos concursos, com a possibilidade de impor programas, o sistema de pós-graduação que quase todos acham absurdo (é antes de mais nada um teste de expressão verbal), mas no qual se evitará tocar porque confere aos Antigos um considerável poder, o papel de 'patronos' no êxito de uma carreira, a notável instituição de conservação intelectual que o Instituto representa, o costume segundo o qual um professor que se retira se ocupa de sua sucessão, todos esses fatores e muitos outros asseguram em grande linhas uma espantosa continuidade de doutrina e, no caso particular, oferecem ao filósofo possibilidades de ação espiritual e material que ele não tem o poder em parte alguma, na canalização das jovens gerações. É evidente que num tal contexto sociológico (não foi por acaso que a doutrina de Durkheim nasceu na França), a filosofia não permanece ao nível de uma sabedoria individual ou coletiva: sua tendência permanente em considerar-se como uma forma de conhecimento, e mais precisamente como o supremo conhecimento, é reforçada de todas as maneiras na França. Para quem bebeu desde o seio o leite da filosofia, o problema nem sequer se coloca e desde o calouro do bacharelado até os grandes mestres reina a convicção de que uma iniciação filosófica permite falar de tudo. Encontram-se deste modo estudantes que se tornaram especialistas da síntese antes de qualquer análise, ou entrando no mesmo nível no mundo transcendental com tanto mais facilidade

“AO SE CHEGAR AO SÉCULO XX,
QUANDO PASSA A PREVALECER O
ETHOS DA CIÊNCIA E DA DIVISÃO
INTELLECTUAL DO TRABALHO, LEVANDO
AO PARCELAMENTO DA ATIVIDADE
INTELLECTUAL E AO IMPÉRIO DAS
DISCIPLINAS ESPECIALIZADAS, O
ERUDITO TRADICIONAL SAIRÁ DE
CENA E EM SEU LUGAR FICARÁ O
SCHOLAR CONTEMPORÂNEO”

quanto ignoram o empírico. E apenas no domínio onde poderiam aprender com relativa facilidade o que seja uma verificação experimental, eles preferem a psicologia de Sartre e de Merleau-Ponty, onde todo controle é substituído pelos decretos do gênio, à psicologia científica, laboriosa e que pareça estranha aos grande problema da filosofia. Se volto à psicologia, não é para dela me ocupar, já que esta obra visa à filosofia, mas para mostrar como uma certa convicção nos poderes do conhecimento geral que a filosofia comportaria acaba de fato por retardar sistematicamente o progresso de uma disciplina experimental que tem como objeto o espírito e, o que é ainda mais significativo, abordando problemas dos quais todos os filósofos sempre falaram (mas, em grande parte, antes da constituição da nossa ciência e para muitos do que escreveram depois, ignorando-a mais ou menos deliberadamente): natureza da percepção (que não é uma cópia mas uma estruturação), respectivos papéis da experiência e das atividades do sujeito na formação das noções, natureza das operações intelectuais e das estruturas lógico-matemáticas naturais, esquematismo da memória, teoria da decisão, função simbólica e linguagem etc. Eu fazia essas amargas reflexões por ocasião de uma reunião da seção de filosofia, onde estávamos tendo enorme trabalho para criar (finalmente!) uma cadeira de psicologia experimental e nomear o único

e excelente candidato presente, meu amigo Paul Fraisse, que era no entanto especialista dos problemas do tempo, pelos quais nenhum metafísico deixou de interessar-se!”

Certamente, essa situação mudou e muito hoje, com a psicologia ocupando um lugar especial todo seu no sistema universitário francês, com laboratórios próprios, bem equipada e às voltas não com a filosofia, mas com as neurociências. Porém, naquela época, as barreiras à constituição da psicologia como disciplina científica autônoma pareciam intransponíveis: por um lado, os dogmas das autoridades universitárias, conservadoras e pouco propensas a alterar as relações de poder, diga-se; por outro lado, numa formulação meio descolada de Piaget, mas fiel ao espírito de sua análise, os *parti-pris* dos próprios filósofos, compartilhando das mesmas convicções e agindo em comum acordo (a psicologia faz parte da filosofia; todo filósofo está credenciado para ensinar psicologia; o estudante de pós em filosofia não precisa aprender psicologia empírica; as pesquisas experimentais deverão ser feitas onde podem e devem ser feitas: nos laboratórios...).

Resultado: por mais de cinquenta anos, o Laboratório de Psicologia da Sorbonne foi uma instituição à margem, sem relação com as Faculdades, nem mesmo com a Faculdade de Letras onde a psicologia era ensinada, inclusive por Piaget – durante muitos anos o único estrangeiro a ensinar na Sorbonne, ele mesmo de fato não tão estrangeiro assim, visto que era suíço francófono (Piaget, 1978, p. 86-87).

Scholar francês

Paro por aqui. Vou tentar agora, guiado por essas informações contextuais, me colocar num plano mais abstrato e esboçar o tipo ideal do *scholar* francês [...], em sua dupla genealogia – europeia, ao focalizar a transplantação da filosofia da França para o Brasil, com os professores franceses como regentes de cátedras para os quais foram criadas e disseminando em São Paulo a *techne* francesa; brasileira, ao seguir a rota do diletante estrangeirado, solto e como um novo “goliardo” no início [na acepção de hedonista, boêmio e descolado], e no fim cooptado, adensado e focado, ao se converter no erudito das



Paul Fraisse

humanidades, abrindo o caminho com ajuda dos franceses que o levará a fundir-se com o *expert* das ciências, agora hegemônico no século XX-XXI nas humanidades e na própria filosofia.

Mesmo método

Começo pelo par *scholar/erudito*. Tudo considerado, o *scholar* não é senão a tradução inglesa do latim *Eruditus*, que significa culto, letrado ou civilizado, por oposição a rude, iletrado e primitivo. Por seu turno, o Erudito encerra dois significados: [1] aquele indivíduo que leu e aprendeu muito acerca de um assunto ou de uma área de estudos, tornando-se por isso uma autoridade, evidenciada tanto pela profundidade quanto pela minúcia de seus conhecimentos: por exemplo, o filólogo, o historiador ou o jurista; [2] e também aquele indivíduo que, além de conhecimento minucioso e profundo de um assunto, reúne – à custa de muito ler e estudar tudo obsessivamente – conhecimentos vastos e diversificados de outros campos, conseguindo passar de um a outro, revelando grande versatilidade e promovendo a universalidade do saber: esse segundo tipo de erudito, mais raro e com horizontes largos, foi chamado na Antiguidade de polímata (do grego *polymathēs* = ter aprendido muito = aquele que sabe muito = extensão, variedade e profundidade). Exemplos: Varrão⁵ e

NOTAS

⁵ Marcus Terentius Varro: romano do século II-I a.C., de quem se diz que escreveu centenas de livros, quase todos perdidos, cobrindo história, filosofia, gramática e outros campos da erudição, e tendo chegado até nós *Res rustica* (Coisas do campo) e *De lingua latina* (Sobre a língua latina), esta incompleta, mas de grande valor.

como ele Leon Batista Alberti e Leonardo Da Vinci. Designava também o monge beneditino (trabalha duro como um monge), e era e é popularmente conhecido como o “rato de biblioteca”.

Quanto às disciplinas que vão ser o *habitat* natural do erudito, tendo por meio o livro e por objeto o livro, elas são a filologia e a história, que no método e no saber eruditos – a *Eruditio* como diziam os latinos – vão alterar a posição de fim e meio de uma em relação à outra. De um lado, a filologia que ao estabelecer e trabalhar um texto se verá às voltas com problemas de datação, de localização e de edição de textos, devendo fazer apelo à história.

Ethos do erudito

De outro, a história ao trabalhar os documentos se ocupará de variantes lexicais, de questões de estilo e de problemas gramaticais que ela não poderá resolver sem o apoio e os aportes da filologia. Tão grande é a proximidade entre a filologia e a história que elas vão compartilhar o mesmo método: o método histórico-crítico, variando, no entanto, o escopo, as ferramentas e as técnicas de pesquisa.

E como tal podendo ser utilizado como ferramenta de análise e meio auxiliar por outras disciplinas, como a filosofia, em sua qualidade de disciplinas do livro ou dos textos, como viu Nietzsche ao dizer que “Eu entendo aqui a palavra ‘filologia’ num sentido muito geral: saber interpretar os fatos sem falseá-los pelas interpretações” (Nietzsche, 1977, p. 60). Porém, com escopo menos vasto do que o dos polímatas (acepção 2), a erudição tende a ficar com questões pontuais e um campo mais restrito, podendo o erudito passar toda a sua vida ocupado com filigranas e toda sorte de minúcias (acepção 1).

E de um modo especial, nos casos dos filólogos e historiadores, cujos exemplos emblemáticos são os gramáticos da biblioteca de Alexandria, como Aristarco da Samotrácia, Aristófanos de Bizâncio e Zenódoto de Éfeso. Já o *ethos* do erudito é claro como o dia: [1] o ascetismo intramundano, comum a todos os intelectuais, marcado agora seu caráter e psiquismo pela paciência, o espírito de minúcia, o sentido de rigor, o gosto pela história, o amor aos textos (de filologia = philo + logos), o culto ao passado e o zelo pelos restos e as ruínas, inclusive dos textos

“PODER-SE-IA DIZER QUE A INVENÇÃO DO VIRTUOSE FILÓSOFO DO BRASIL OCORREU NA FRANÇA, QUE DESDE A IDADE MÉDIA TINHA MUITO DO VELHO ERUDITO, COMO MOSTROU LE GOFF, E O TRANSPLANTOU DIRETO PARA O BRASIL NOS ANOS 1930-1960 QUANDO A USP FOI FUNDADA, DANDO RAZÃO A PAULO ARANTES”

e seus fragmentos; [2] o criticismo, caracterizado pelo afã de questionar tudo antes de estabelecer os textos e os fatos, acompanhando as acepções 1 e 2 supra, nas variantes do colecionador (antiquário) e do polímata enciclopedista (acumulação); [3] o virtuosismo, ou a habilidade e a destreza no trabalho dos textos, também conhecido como virtuosismo do artesão, compartilhado por outros ofícios manuais com suas *technai* e fazendo do trabalho intelectual uma categoria do artesanato.

Ao se chegar ao século XX, quando passa a prevalecer o *ethos* da ciência e da divisão intelectual do trabalho, levando ao parcelamento da atividade intelectual e ao império das disciplinas especializadas, o erudito tradicional sairá de cena e em seu lugar ficará o *scholar* contemporâneo. Desde então, o *ethos* do trabalho intelectual muda, exigindo do *scholar* a conversão moral à ciência, e não ao ofício, ao credo ou à Igreja; o colecionador ou entesourador do conhecimento cederá o passo ao *expert* atualizado e ao descarte do velho; ao mesmo tempo que será o fim do polímata e em seu lugar ficará o *scholar* especializado, em que se pode ver a fusão do erudito (humanidades) e do *expert* (ciências) e quem comandará a cena e irá instalar um novo mandarinato.

Gilberto Freyre

Este é o quadro e o novo cenário que passou a prevalecer na Europa e na América do Norte, mas que demorou a se consolidar por aqui no conjunto das ciências humanas e sociais, e só chegando à filoso-

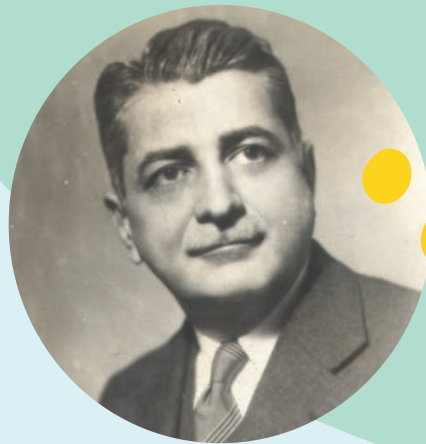
fia nos anos 1960- 1970, depois de gestado nos anos 1950 em São Paulo. Bem entendido, está-se a falar de tipos ideais, com suas variantes, suas combinações e seus afastamentos, levando o estudioso a perguntar pelas individualidades históricas que os cristalizam ou os realizam de uma maneira ou de outra.

Acerca do polímata [erudito de tipo 2] haveria em ciências humanas e sociais mais de um exemplo, podendo Gilberto Freyre ser apontado como o maior de todos e tendo a filosofia, ao deixar de lado as mentes generalistas que nela prevaleciam desde a Colônia, como exemplo emblemático padre Vaz com sua erudição enciclopédica e cabeça de polímata, porém que de fato pertence a outro período (anos 1960 em diante).

Já o erudito virtuose especialista [erudito de tipo 1], certamente as letras terão os seus filólogos, cujos nomes não pude levantar, e em história um dos nomes mais emblemáticos do período colonial é sem dúvida o jesuíta italiano Giovanni Antonio Andreoni, depois aporuguesado para André João Antonil, quando passou a viver no Brasil. Ou seja: ninguém menos do que o autor de uma obra sumamente bem documentada que veio a lume em 1711 com o título *Cultura e opulência do Brasil*, e referida no Passo 2 – até hoje considerada essencial pelos especialistas para o estudo do Brasil Colônia, vista como perigosa pelas autoridades portuguesas que a proibiram por medo da publicização das informações econômicas que ela continha (engenhos, minas etc.), e só republicada em 1837, cujas reedições não mais pararam.

Eruditos filósofos

Quanto à filosofia, esse tipo de erudito [especialista disciplinar = erudito de tipo 1] só apareceu mais tarde, sendo difícil dar um exemplo que realize o tipo puro, talvez Francisco Benjamin de Souza Netto, ou antes Dom Estêvão (1937-2019), da Ordem de São Bento, renomado teólogo e helenista que lecionou no Mosteiro com igual nome, na USP, na PUC-SP, na Unesp e, por fim, na Unicamp. Por isso, sendo incipiente e quase ausente nos meios filosóficos brasileiros, quem for procurar os exemplos fará melhor colheita se buscá-los na Missão Francesa que fundou o Departamento de Filosofia da USP.



Gilberto Freyre em 1956.



Quem é o melhor exemplo? Quem encarna a figura? Não há de ser Jean Maugüé, como já comentado, e pelas razões apresentadas. Talvez Gueroult e Granger... Poder-se-ia dizer que a invenção do virtuose filósofo do Brasil ocorreu na França, que desde a Idade Média tinha muito do velho erudito, como mostrou Le Goff, e o transplantou direto para o Brasil nos anos 1930-1960 quando a USP foi fundada, dando razão a Paulo Arantes. Porém, nos casos de Gueroult e Granger, não se trata mais do velho erudito, mas do *scholar*, *scholar* [moderno = especialista disciplinar] moldado no curso do século XX, num ambiente caracterizado pela coação da divisão do trabalho intelectual, a explosão das disciplinas e a fragmentação do saber, contemporâneos do advento do especialista e do taylorismo acadêmico, que terminarão por levar de roldão a própria filosofia. Donde a conclusão (...) de que na construção desse tipo ideal o método *in absentia* prevaleceu sobre o método *in praesentia* (...) ao estabelecer a prevalência das abstrações, projeções e modelagens sobre a empiria, o dado e o real comum. 🍄

Ivan Domingues é doutor em Filosofia pela Universidade de Paris 1 e pós-doutor pelas universidades de Oxford e Notre Dame. Atua como professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde coordena o Núcleo de Estudos do Pensamento Contemporâneo, dedicado à análise de questões do mundo atual a partir de uma abordagem interdisciplinar. É autor de, entre outras obras, *O grau zero do conhecimento: o problema da fundamentação das ciências humanas* (2ª ed., 1999), *Epistemologia das ciências humanas* (2004), *Lévi-Strauss e as Américas: análise estrutural dos mitos* (2012), *O trabalho e a técnica* (2016), *O continente e a ilha: duas vias da filosofia contemporânea* (2ª ed., 2017) e *Filosofia no Brasil: legados e perspectivas* (2017).

ISSO NÃO É UM LIVRO DE HISTÓRIA DA

FILOSOFIA

Assim como o quadro *A Traição das Imagens* do pintor surrealista René Magritte é considerado um ícone da arte moderna, o livro *Filosofia no Brasil* de Ivan Domingues rapidamente se tornou um clássico e, como tal, inspirará gerações que o sucederão

POR CRISTINA ALMEIDA

Lançado em 2017 pela editora Unesp, a obra *Filosofia no Brasil, Legados e Perspectivas*, de autoria do Prof. Ivan Domingues, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nasceu sob o signo dos clássicos. Já na orelha do livro, escrita pelo colega Oswaldo Giacoia Júnior, da Universidade Estadual de Campinas (Unesp), há a advertência de que o escrito não é um livro de história da filosofia. "... ele sintetiza perspectivas interdisciplinares, consciente de que o problema da *filosofia no Brasil* se inicia pela problematização de sua própria existência e natureza, assim como por suspeições concernentes à sua relevância", diz Giacoia.

Mas esse ponto de vista só acrescenta mais um item aos requisitos das obras clássicas. *Filosofia no Brasil*, que em breve tempo terá uma nova edição, desde logo nos impressiona por seu conteúdo distribuído em 561 páginas – portanto, é impossível ficar-lhe indiferente – tanto pelo conteúdo como por sua forma; fatalmente será lido e consultado por estudantes e pesquisadores por muito tempo; e a sua leitura não é apenas um transcorrer os olhos pelas palavras – é uma experiência que nos fez respeitar o tempo dedicado à pesquisa das mais respeitadas fontes; além disso, a obra não se exaure em si mesma – convida à ampliação de estudos, e ainda con-

segue ser original e inovadora –, já que é organizada em cinco passos, divididos em seções de extensão variada, sob a forma de ensaios, por entender que os resultados das investigações não são definitivos e poderão ser revisados em outros estudos.

Com tantos atributos, até o próprio Ítalo Calvino concordaria: trata-se de um clássico que nunca perderá sua atualidade e, por isso, deve ser apreciado com a devida reverência. O Prof. Domingues concedeu a seguinte entrevista à revista *Filosofia*:

Ao nos depararmos com o objeto que se tornou seu livro, nos vemos diante de um ato heroico. Como se deu a ideia de fazer essa obra e em quanto tempo ela foi escrita?

É difícil de responder com precisão. Um amigo muito chegado me provocou nesse sentido, dizendo que foram certamente mais de dez anos, tomando como referência uma obra anterior de minha lavra pessoal, *O continente e a ilha: duas vias da filosofia contemporânea*, com a primeira edição datada de 2009 e cujas derradeiras páginas mostram que eu estava às voltas com a questão da *filosofia no Brasil*.

O contexto era a contenda analíticos e continentais, contrapondo as tradições anglo-americana

e franco-alemã, acarretando a expectativa de situar o Brasil neste importante *affaire* da filosofia contemporânea, no livro em apreço reduzindo o Brasil a apenas um parágrafo. De fato, sucedeu que meses depois comecei a tratar do País, e nesse sentido o meu amigo está certo.

Só que em realidade o processo de concepção e execução do livro remonta a décadas antes, aos tempos em que eu cursava filosofia na mitológica FAFICH da Rua Carangola, que era uma espécie de Maria Antônia de Belo Horizonte, mal comparada, porque sem o Mackenzie, e isso porque desde aqueles tempos eu tinha o Brasil na cabeça, principiando a leitura dos chamados pensadores do Brasil. Em suma, foi isto que aconteceu: eu só pude escrever esse livro sobre filosofia no Brasil, com esse tamanho e com um escopo tão variado, porque desde aquela época eu já tinha o Brasil na cabeça.

Qual foi seu maior desafio?

O meu maior desafio foi talvez abrir um espaço interdisciplinar, com referências cruzadas e tudo mais, e nele inscrever o Brasil: se sobravam nomes e obras do lado da sociologia, da economia, da história e da literatura, protagonizados por Gilberto Freyre, Celso Furtado, Sérgio Buarque, Raymundo Faoro e Antonio Candido, todos eminentes pensadores do Brasil, podendo ser-lhes adicionados dezenas de outros nomes e obras, o mesmo não se podia dizer da filosofia.

A filosofia no Brasil e por todo o globo se caracteriza pela atopia geográfica e a evasão no mundo das ideias, podendo se consumir em discussões tanto descontextualizadas quanto “desbussoladas”, como dizem os franceses, ao se referirem a alguma coisa sem rumo ou sem norte, quando a agulha magnética deixa de funcionar. Neste cenário de desamparo, em que nos sentimos perdidos ao seguir em nossas histórias da filosofia o fluxo das ideias da Europa para cá, numa via de mão única, em meio a um ambiente de raquitismo intelectual e de um filoneísmo renitente, os livros de Cruz Costa e de Paulo Arantes foram para mim um verdadeiro achado.



“SE EU PUDESSE RESUMIR TUDO NUMA FRASE, CONQUANTO MEIO ESPICHADA, PORQUE TERIA DE EXPLICAR MAIS DE UMA COISA, EU PODERIA DIZER QUE, [...], EU ME REDESCOBRI COMO FILÓSOFO, COMO BRASILEIRO E COMO INTELECTUAL...”

Estou me referindo respectivamente à *Contribuição à história das ideias no Brasil: o desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórico nacional*, que veio a lume em 1956, e a *Um departamento francês de ultramar*, datado de 1994. Meu livro foi publicado décadas depois e eu presto a eles minhas homenagens logo nas páginas iniciais.

E qual foi a maior descoberta em meio a tanta pesquisa e reflexões?

Se eu pudesse resumir tudo numa frase, conquanto meio espichada, porque teria de explicar mais de uma coisa, eu poderia dizer que, ao descobrir numa pesquisa longa e continuada as raízes da filosofia do Brasil – tomando de empréstimo o título do livro do nosso historiador maior –, encontradas ao mesmo tempo no e fora do país, e isso desde a colônia, eu me redescobri como filósofo, como brasileiro e como intelectual, conforme eu reconheço no livro.

A obra foi elogiada em todas as instâncias e mídias, o Srenhor concedeu diversas entrevistas, proferiu inúmeras palestras, sem falar das várias resenhas, como as de Oswaldo Giacoia [revista *Kriterion*], além de Marcelo Perine [revista *Aurora*] e o respeitoso escrito de Antonio

Joaquim Severino [Jornal de Resenhas]. Essa recepção positiva superou suas expectativas?

Sem dúvida. O livro tinha tudo para dar errado: grande, com mais de quinhentas páginas, caro para os bolsos do brasileiro médio e tratando de um tema considerado pouco nobre, meio antimercaço e num país com a cabeça colonizada como o nosso. Tinha, portanto, tudo para dar errado e terminar todo encaçado, com a Editora forçada, ao cabo de alguns anos, a mandar tudo para o pilão. Porém, não foi o que aconteceu, o livro deu certo e ele hoje está vencendo as fronteiras da filosofia: já fui chamado para evento em ciência política, para aula inaugural na Unisinos (toda a universidade) e em breve vai sair uma resenha de um colega de ciência política, especialista em história das ideias políticas. Tudo isso é excelente e me dá a certeza de que também no mundo intelectual é essencial correr risco e sair da zona de conforto da especialidade disciplinar. Toda a minha carreira se deu fora da zona de conforto, ao levar a cabo pesquisas e projetos institucionais inter e transdisciplinares. Com o livro *Filosofia no Brasil* não foi diferente. E como o livro era grande, antimercaço, o maior dos riscos era virar um “clássico”, como você se lembrou, mas sem ninguém ler ou ter lido.

O que podemos esperar para a reedição do livro? Haverá alguma ampliação ou revisão?

O livro já cumpriu um considerável percurso nesses dois anos e a reedição será a ocasião de incorporar esse percurso ao próprio livro, considerando as observações e críticas recebidas, as lacunas encontradas, as imprecisões evidenciadas e as próprias novidades bem como os achados das minhas pesquisas nesse terreno, que continuaram e continuam. Animado pela repercussão, acertei com editor da UNESP, Leandro Rodrigues, que sempre vem me apoiando, tendo clareza do potencial do livro, uma próxima reedição, ainda sem data, em que ampliaria em cerca de 10% o volume já grande ou um pouco mais, justamente para incorporar o percurso do livro e devolver-lhe um certo frescor, depois de ter sofrido a fadiga do produto e a usura do tempo.

A minha ideia é então melhorar a Introdução do livro, ao voltar aos seus dois eixos, a metafilosofia e a história intelectual, lapidando a exposição,

refinando os argumentos e explicitando outras referências bibliográficas. Outra novidade consistirá na reelaboração da parte consagrada aos tipos ideais, tanto no tocante à revisão conceitual dos tipos e suas variantes, como nos casos do *scholar*, do intelectual público e do pensador cosmopolita globalizado, digo ao voltar às constantes que os definem e seus “ismos” (ascetismo, criticismo etc.), quanto no tocante aos exemplos que os instanciam ou os cristalizam.

Estou me referindo aos nomes ou à lista dos filósofos que melhor exemplificariam os tipos ideais em apreço – pergunta inevitável e curiosidade inescaçável que não poupavam nem mesmo a mim como autor, e com mais razão ainda o leitor, depois de ter diante de si a descrição dos tipos puros, ao indagar por aqueles indivíduos que os realizariam no mundo em que vivemos, Brasil no caso.

O objetivo é abrir um espaço maior para a instanciação do tipo, depois de ter represado a dialética das ideias na primeira edição do livro, numa época eu que não tinha noção do tamanho que ele teria e temia a necessidade de cortes drásticos. Este não é mais o caso e eu me entendi com Leandro Rodrigues que eu iria me atentar mais para a questão dos nomes, dedicando-lhes e às respectivas justificativas cerca de duas dezenas de páginas, espero eu em claro benefício do leitor, que finalmente saciará sua curiosidade. Assim, na segunda edição, que eu espero seja a última revista e ampliada, o livro ficará sem dúvida melhor, perto do estado da arte, mas rigorosamente será o mesmo livro. 🌻



Título: Filosofia no Brasil, Legados e Perspectivas
Autor: Ivan Domingues
Páginas: 561
Editora: Unesp